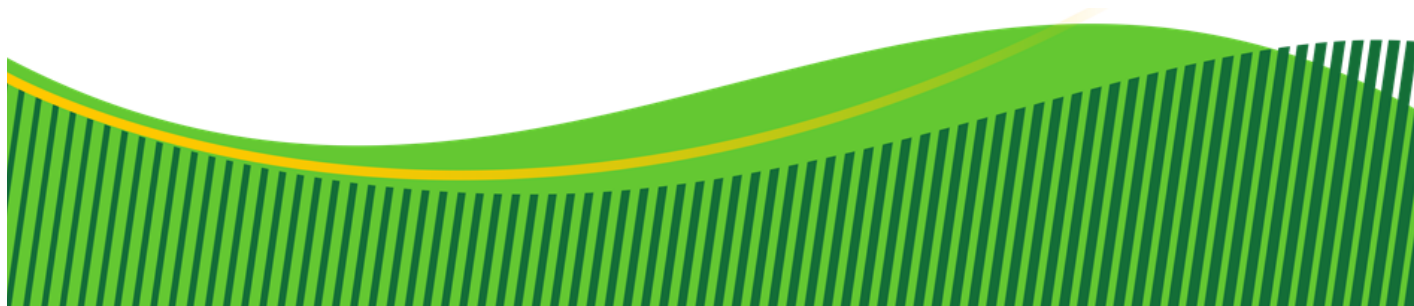


Relatório Anual 2017

**Cooperativa de Crédito e Investimento de
Livre Admissão Grandes Lagos do Paraná e
Litoral Paulista - Sicredi Grandes Lagos PR/SP**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil**





Centro Empresarial Mostardeiro
Av. Mostardeiro, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Associados da

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Grandes Lagos do Paraná e Litoral Paulista - Sicredi Grandes Lagos PR/SP

Laranjeiras do Sul - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Grandes Lagos do Paraná e Litoral Paulista - Sicredi Grandes Lagos PR/SP ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Grandes Lagos do Paraná e Litoral Paulista - Sicredi Grandes Lagos PR/SP em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou,

de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 21 de fevereiro de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Grandes Lagos do Paraná e Litoral Paulista - Sicredi Grandes Lagos PR/SP, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Plano de Negócios

A Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à ampliação da área de atuação, em conformidade com o disposto no artigo 12 da Res. CMN nº 4.434.

Informamos que as premissas constantes no plano de negócios e estudo de viabilidade econômica encaminhados ao Banco Central não foram alcançadas na totalidade, conforme demonstrado na planilha abaixo:

Dados	Estimado	Realizado
Associados	23.914	24.825
Carteira de Crédito *	195.168	171.631
Depósitos	164.658	164.577
Patrimônio Líquido	92.851	73.561
Capital	31.414	31.479
Resultado Antes das Destinações	13.548	9.064
Rentabilidade do PL	14,59%	12,32%

valores em milhares de Reais

* Saldo reduzido das provisões para operações de crédito.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Grandes Lagos do Paraná e Litoral Paulista - Sicredi Grandes Lagos PR/SP
CNPJ/MF nº 81.115.149/0001-18

ATIVO		31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO		31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE		264.265	224.395	CIRCULANTE		124.908	97.205
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	7.447	7.017	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	44.988	37.462
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		121.986	108.017	Depósitos à Vista		36.605	28.735
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		3	18	Depósitos a Prazo		8.383	8.727
Tesouro Nacional–Recursos Crédito Rural		26	4	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		54.039	39.246
Correspondentes no país		94	217	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		11	3
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	121.863	107.778	Repasse Interfinanceiros	(NOTA 12)	54.028	39.243
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	120.323	97.944	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		592	229
Operações de Crédito		128.092	106.160	Recursos em Trânsito de Terceiros		592	229
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(7.769)	(8.216)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 13)	3.481	3.286
OUTROS CRÉDITOS		12.571	10.336	Empréstimos País - Outras Instituições		3.481	3.286
Créditos por Avais e Fianças Honrados		33	143	OUTRAS OBRIGAÇÕES		21.808	16.982
Rendas a Receber		698	731	Cobrança e Arrecadação de Tributos		69	21
Diversos	(NOTA 07)	11.984	9.702	Sociais e Estatutárias		1.040	1.019
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(144)	(240)	Fiscais e Previdenciárias		559	510
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)	1.938	1.081	Diversas	(NOTA 14)	20.140	15.432
Outros Valores e Bens		1.914	1.044				
(Provisão para desvalorização)		(71)	(25)				
Despesas Antecipadas		95	62				
NÃO CIRCULANTE		71.119	46.530	NÃO CIRCULANTE		136.915	109.986
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		71.119	46.530	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		136.915	109.986
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	1.721	589	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	119.589	103.204
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		1.721	589	Depósitos a Prazo		119.589	103.204
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	51.308	29.333	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 12)	17.326	6.782
Operações de Crédito		55.441	33.505	Repasse Interfinanceiros		17.326	6.782
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(4.133)	(4.172)				
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 07)	103	120				
Diversos		104	121				
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(1)	(1)				
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)	111	31				
Despesas Antecipadas		111	31				
INVESTIMENTOS	(NOTA 09)	9.229	8.964	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		73.561	63.734
Outros Investimentos		9.229	8.964	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 16)	31.479	27.656
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 10)	5.992	4.934	De Domiciliados no País		31.687	27.713
Imóveis de Uso		115	-	(Capital a Realizar)		(208)	(57)
Outras Imobilizações de Uso		9.276	7.680	RESERVAS DE SOBRAS		40.888	35.326
(Depreciação acumulada)		(3.399)	(2.746)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		1.194	752
INTANGÍVEL	(NOTA 10)	2.655	2.559				
Outros Ativos Intangíveis		5.249	4.509				
(Amortização acumulada)		(2.594)	(1.950)				
TOTAL DO ATIVO		335.384	270.925	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		335.384	270.925

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Grandes Lagos do Paraná e Litoral Paulista - Sicredi Grandes Lagos PR/SP
CNPJ/MF nº 81.115.149/0001-18

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	21.564	-	21.564	41.673	-	41.673	40.080	3	40.083
Operações de Crédito	21.496	-	21.496	41.538	-	41.538	39.776	3	39.779
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	67	-	67	132	-	132	289	-	289
Resultado das Aplicações Compulsórias	1	-	1	3	-	3	15	-	15
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(8.744)	(187)	(8.931)	(18.053)	(328)	(18.381)	(25.197)	(225)	(25.422)
Operações de Captação no Mercado	(4.320)	(11)	(4.331)	(9.708)	(20)	(9.728)	(12.371)	(15)	(12.386)
Operações de Empréstimos e Repasses	(1.886)	(176)	(2.062)	(3.612)	(308)	(3.920)	(3.194)	(210)	(3.404)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.538)	-	(2.538)	(4.733)	-	(4.733)	(9.632)	-	(9.632)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	12.820	(187)	12.633	23.620	(328)	23.292	14.883	(222)	14.661
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(8.886)	929	(7.957)	(15.909)	1.677	(14.232)	(9.659)	1.775	(7.884)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	2.241	2.795	5.036	4.223	5.183	9.406	3.596	4.161	7.757
Rendas de Tarifas Bancárias	2.291	-	2.291	4.261	-	4.261	3.842	-	3.842
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(7.743)	(720)	(8.463)	(15.244)	(1.299)	(16.543)	(13.619)	(884)	(14.503)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(6.776)	(820)	(7.596)	(13.677)	(1.554)	(15.231)	(11.569)	(1.145)	(12.714)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(87)	(139)	(226)	(102)	(253)	(355)	(61)	(198)	(259)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	5.756	117	5.873	13.205	122	13.327	17.779	224	18.003
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(4.568)	(304)	(4.872)	(8.575)	(522)	(9.097)	(9.627)	(383)	(10.010)
RESULTADO OPERACIONAL	3.934	742	4.676	7.711	1.349	9.060	5.224	1.553	6.777
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	8	5	13	(5)	9	4	37	(8)	29
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	3.942	747	4.689	7.706	1.358	9.064	5.261	1.545	6.806
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	176	176	-	-	-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	99	99	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	77	77	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	3.942	923	4.865	7.706	1.358	9.064	5.261	1.545	6.806
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	1.358	(1.358)	-	1.545	(1.545)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	3.942	923	4.865	9.064	-	9.064	6.806	-	6.806
DESTINAÇÕES	-	-	-	(7.870)	-	(7.870)	(6.054)	-	(6.054)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(2.010)	-	(2.010)	(2.030)	-	(2.030)
Fates - Estatutário	-	-	-	(298)	-	(298)	(188)	-	(188)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(4.477)	-	(4.477)	(2.819)	-	(2.819)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.085)	-	(1.085)	(1.017)	-	(1.017)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	1.194	-	1.194	752	-	752

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Grandes Lagos do Paraná e Litoral Paulista - Sicredi Grandes Lagos PR/SP

CNPJ/MF nº 81.115.149/0001-18

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2016	23.883	31.490	1.247	56.620
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.247	-	(1.247)	-
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.981	-	-	1.981
Baixas de capital	(1.449)	-	-	(1.449)
Resultado do período	-	-	6.806	6.806
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(188)	(188)
Reserva Legal - Estatutária	-	2.819	(2.819)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.994	-	(2.030)	(36)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.017	(1.017)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	27.656	35.326	752	63.734
Mutações do Período	3.773	3.836	(495)	7.114
Saldos no início do período em 01/01/2017	27.656	35.326	752	63.734
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	742	-	(742)	-
Outras destinações	-	-	(10)	(10)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.285	-	-	2.285
Baixas de capital	(1.203)	-	-	(1.203)
Resultado do período	-	-	9.064	9.064
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(298)	(298)
Reserva Legal - Estatutária	-	4.477	(4.477)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.999	-	(2.010)	(11)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.085	(1.085)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	31.479	40.888	1.194	73.561
Mutações do Período	3.823	5.562	442	9.827
Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não auditado)	28.642	35.326	4.199	68.167
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.343	-	-	1.343
Baixas de capital	(505)	-	-	(505)
Resultado do período	-	-	4.865	4.865
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(298)	(298)
Reserva Legal - Estatutária	-	4.477	(4.477)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.999	-	(2.010)	(11)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.085	(1.085)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	31.479	40.888	1.194	73.561
Mutações do Período	2.837	5.562	(3.005)	5.394

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Grandes Lagos do Paraná e Litoral Paulista - Sicredi
Grandes Lagos PR/SP
CNPJ/MF nº 81.115.149/0001-18

	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	5.287	9.824	11.703
Resultado do semestre/exercício	4.865	9.064	6.806
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	422	760	4.897
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(40)	(487)	3.541
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	56	46	10
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	16	(95)	138
Depreciação do imobilizado de uso	438	841	721
Amortização do intangível	321	644	394
Baixas do ativo permanente	1	2	141
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	5	(9)	30
Destinações ao FATES	(298)	(298)	(188)
Dividendos SicrediPar	(77)	116	110
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(15.323)	6.536	(1.129)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(67)	(1.132)	2.429
Redução em relações interfinanceiras ativas	1.856	15	-
(Aumento) Redução em créditos vinculados	(22)	(22)	116
Redução em relações com correspondentes	89	123	72
(Aumento) em operações de crédito	(45.905)	(43.869)	(4.081)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	23.994	25.337	3.464
(Aumento) em outros créditos	(1.732)	(2.238)	(1.335)
(Aumento) em outros valores e bens	(707)	(983)	(217)
Aumento (Redução) em depósitos	(989)	23.911	(3.251)
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(137)	363	(86)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	145	195	(526)
Absorção de dispêndios pelo FATES	-	(188)	(237)
Aumento em outras obrigações	8.152	5.024	2.523
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(10.036)	16.360	10.574
Aquisição de Investimentos	-	(265)	(403)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(753)	(1.901)	(1.837)
Aplicações no Intangível	(429)	(740)	(722)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.182)	(2.906)	(2.962)
Integralização de capital	1.343	2.285	1.981
Baixa de capital	(505)	(1.203)	(1.449)
Juros ao capital próprio	(11)	(11)	(36)
Distribuição de Sobras	-	(10)	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	827	1.061	496
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(10.391)	14.515	8.108
Caixa e equivalente de caixa no início do período	139.701	114.795	106.687
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	129.310	129.310	114.795

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Grandes Lagos do Paraná e Litoral Paulista - Sicredi Grandes Lagos PR/SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 02/12/1988 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito, antes apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, para melhor apresentação gerencial da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(25.993)	571	(25.422)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(10.203)	571	(9.632)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(7.313)	(571)	(7.884)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(13.001)	287	(12.714)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(9.152)	(858)	(10.010)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 05 de fevereiro de 2018.

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	7.447	7.017
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	121.863	107.778
Total	129.310	114.795

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.721	589
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	1.721	589
Total realizável a longo prazo	1.721	589

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	65.187	27.919	93.106	77.186
Financiamentos	8.321	9.858	18.179	15.744
Financiamentos rurais e agroindustriais	54.584	17.664	72.248	46.735
Carteira total	128.092	55.441	183.533	139.665

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	33	-	33	143
Devedores por compra de valores e bens	86	102	188	168
Títulos e créditos a receber (i)	9.524	2	9.526	7.101
Total	9.643	104	9.747	7.412

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível A	0,50	85.592	90.416	428	452
Nível B	1,00	64.215	20.420	653	204
Nível C	3,00	24.361	11.925	731	358
Nível D	10,00	6.628	7.162	663	716
Nível E	30,00	1.966	5.024	590	1.508
Nível F	50,00	2.589	4.660	1.295	2.330
Nível G	70,00	806	1.363	564	954
Nível H	100,00	7.123	6.107	7.123	6.107
Total (i)		193.280	147.077	12.047	12.629

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2017					2016
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	2.118	22.272	24.054	18.768	67.212	58.043
Rural	373	7.635	46.576	17.664	72.248	46.735
Industrial	74	781	1.643	2.015	4.513	3.231
Comércio	340	8.805	10.016	9.622	28.783	24.035
Outros Serviços	574	5.960	6.514	7.476	20.524	15.033
Total	3.479	45.453	88.803	55.545	193.280	147.077

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	14.487	7,50	11.097	7,55
50 devedores seguintes	30.012	15,53	21.695	14,75
100 devedores seguintes	27.096	14,02	19.993	13,59
Demais	121.685	62,96	94.292	64,11
Total	193.280	100	147.077	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo inicial	12.629	8.950
Constituição de provisão	4.733	9.632
Movimentação de baixados para prejuízo	(5.315)	(5.953)
Saldo final	12.047	12.629

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 2.260 (2016 - R\$ 2.476), foram registradas como “Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 5.002 (2016 - R\$ 3.739).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	140	93
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.159	1.254
Devedores por compra de valores e bens	86	48
Devedores por depósitos em garantia	96	122
Impostos e contribuições a compensar	271	249
Títulos e créditos a receber	9.524	7.100
Valores honrados	274	276
Operações com cartões	30	37
Pendências a regularizar	99	44
Outros	305	479
Total Circulante	11.984	9.702

Devedores por compra de valores e bens	102	120
Títulos e créditos a receber	2	1
Total realizável a longo prazo	104	121

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Bens não de uso próprio	1.914	1.044
Imóveis	1.520	802
Veículos e afins	194	47
Máquinas e equipamentos	140	-
Bens em regime especial	60	195
Despesas antecipadas	95	62
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(71)	(25)
Total Circulante	1.938	1.081

Despesas antecipadas	111	31
Total realizável a longo prazo	111	31

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 71 (2016 - R\$ 25) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	4.980	4.715
Sicredi Participações S.A.	4.248	4.248
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	9.229	8.964

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	1.373.089 ON 2.875.338 PN	1.373.089 ON 2.875.338 PN	1 Quotas	1 Quotas	4.979.868 Quotas	4.714.433 Quotas
Percentual de participação	0,49%	0,49%	0,61%	0,63%	2,60%	2,97%
Capital social	874.847	869.279	164	165	191.882	159.866
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	193.372	161.330
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	-	-
Valor do investimento	4.248	4.248	1	1	4.980	4.715

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	9.391	(3.399)	5.992	4.934
Imobilizações em curso	-	510	-	510	44
Terrenos	-	115	-	115	-
Instalações	10%	2.982	(599)	2.383	1.878
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.219	(779)	1.440	1.419
Sistema de comunicação	10%	231	(121)	110	79
Sistema de processamento de dados	20%	2.464	(1.529)	935	969
Sistema de segurança	10%	420	(162)	258	213
Sistema de transporte	20%	450	(209)	241	332
Intangível (i)		5.249	(2.594)	2.655	2.559
Investimentos Confederação		5.249	(2.594)	2.655	2.559
Total		14.640	(5.993)	8.647	7.493

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	36.605	-	-	36.605	28.735
Depósitos a prazo	2.743	5.640	119.589	127.972	111.931
Total	39.348	5.640	119.589	164.577	140.666

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	54.018	39.218
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	54.018	39.218
Outros Recursos	10	25
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	10	25
Total circulante	54.028	39.243
Recursos do Crédito Rural	17.326	6.773
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	17.326	6.773
Outros Recursos	-	9
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	9
Total exigível a longo prazo	17.326	6.782

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 10,75% a.a. com vencimentos até 15/12/2022, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições	3.481	3.286
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	3.481	3.286
Total circulante	3.481	3.286

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,04% a.m. com vencimento até 22/03/2018.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Cheques administrativos	4.070	3.251
Obrigações por convênios oficiais	13	13
Provisão para pagamentos a efetuar	3.274	2.374
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	90	99
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	2.239	1.726
Pendências a regularizar	5	104
Operações com cartões	9.183	6.783
Demais fornecedores	456	382
Credores diversos	810	700
Total circulante	20.140	15.432

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Cível	99	45	(54)	90
Total	99	45	(54)	90

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Cível	Provável	90	99
Total		90	99

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 288 e R\$ 429 (2016 - R\$ 335 e R\$ 287), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	31.479	27.656
Total de associados	24.825	22.179

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 3.823 (2016 – R\$ 3.773), sendo R\$ 2.741 (2016 – R\$ 3.241) via integralização de resultados e R\$ 2.285 (2016 – R\$ 1.981), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$1.203 (2016 – R\$ 1.449).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Grandes Lagos do Paraná e Litoral Paulista - Sicredi Grandes Lagos PR/SP, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 7% em Conta Capital, no montante de R\$ 2.010, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Grandes Lagos do Paraná e Litoral Paulista - Sicredi Grandes Lagos PR/SP, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 75% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	9.064	6.806
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(3.807)	(2.859)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate de milhas cartão	19	2
Provisão PPR	37	2
Receita com atos cooperativos	3.237	2.210
Juros sobre capital próprio	845	853
Outros	(331)	(208)
Subtotal	3.807	2.859
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	-

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	1.721	589
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	121.863	107.778
Outros Créditos - Rendas a receber	518	400
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	1.383	1.575
Investimentos (Nota 09)	9.229	8.964
Intangível (Nota 10)	2.655	2.559
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	71.354	46.025
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	3.481	3.286
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	9.157	6.652
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	132	289
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	2.624	2.101
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	12.217	14.792
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	3.920	3.403
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 19)	649	574
Outros Dispendios Despesas Operacionais (Nota 21)	5.491	5.014

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	27	0,07%	44
Depósitos a prazo	1.063	0,83%	866
Operações de crédito	651	0,35%	924

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	1.951	1.751

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	350	339
Despesa de aluguéis	1.876	1.576
Despesa de comunicação	982	964
Despesa de manutenção e conservação	867	741
Despesa de material	208	193
Despesa processamento dados	222	189
Despesa de promoções e relações públicas	1.365	769
Despesa de propaganda e publicidade	208	195
Despesa de seguro	414	276
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.163	1.093
Despesa de serviços de terceiros	841	557
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.509	1.364
Despesa de serviços de técnicos especializados	630	508
Despesa de serviços de transpostes	1.571	1.240
Despesa de viagem	480	432
Outras despesas administrativas	2.545	2.278
Total	15.231	12.714

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	536	569
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	11.800	14.158
Reversão de provisões operacionais	653	2.693
Outras rendas operacionais	338	583
Total	13.327	18.003

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	655	728
Contribuição O.C.E.	171	150
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	414	801
Contribuição Confederação Sicredi	3.565	2.743
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	489	410
Encargos da administração financeira	67	77
Repasse administradora de Cartões	398	411
Depreciação e amortização	644	398
Outras provisões operacionais	1.188	2.689
Outras despesas operacionais	1.506	1.603
Total	9.097	10.010

NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	78.288	65.736
Total	78.288	65.736

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	71.748	62.579
Nível I (NI)	71.748	62.579
Capital principal - CP	71.748	62.579
Capital social	31.479	27.656
Reservas de capital	40.888	35.326
Lucros acumulados	1.194	752
Ajustes Prudenciais	(1.813)	(1.155)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	342.908	250.551
Margem de Capital (i)	27.170	30.007
Índice de Basileia (PR / RWA)	20,92%	24,98%
Situação de Imobilização (Imob)	6.835	6.339
Índice de Imobilização (Imob / PR)	9,53%	10,13%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Jardiel Cherpinski
Diretor Executivo
CPF: 036.017.359-46

Ozires Ferdinando Machado de Campos
Diretor de Operações
CPF: 987.953.171-04

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20